

Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Movimentos Sociais e Serviço Social

Sub-eixo: Estado, políticas sociais e movimentos sociais

SAÚDE NA ATUALIDADE, LUTAS E CONTRIBUIÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL.

MARIA INES SOUZA BRAVO¹

JULIANA SOUZA BRAVO MENEZES²

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a política de saúde na atualidade, tendo como intuito aprofundar a discussão crítica às políticas ultraneoliberais. O estudo tem como finalidade também abordar as lutas da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde em defesa do SUS público, estatal e de qualidade, bem como as contribuições do Serviço Social na assessoria a esses movimentos.

Palavras Chaves: Saúde; Pandemia; Frente Nacional contra a Privatização da Saúde; Serviço Social.

ABSTRACT

This paper aims to analyze health policy today, with the aim of deepening the critical discussion of ultra-neoliberal policies. The study also aims to address the struggles of the National Front against the Privatization of Health in defense of the public, state and quality SUS, as well as the contributions of Social Work in advising these movements.

Keywords: Health; Pandemic; National Front against the Privatization of Health; Social services.

INTRODUÇÃO

Os processos de privatização das políticas sociais e da saúde em particular não começam a partir de 2016, nos Governos de Temer e Bolsonaro, mas se aprofundam neste contexto. Tais retrocessos se inserem no quadro social, econômico e político sintonizado com processos observados mundialmente e se concretizam com as mediações relacionadas às condições de inserção do Brasil no cenário político-econômico mundial e ao seu particular desenvolvimento histórico.

¹ Faculdade de Serviço Social da Universidade do Estado do Rio de Janeiro

² Ministério da Saúde

Segundo Behring (2003), desde 1990 vivencia-se no Brasil o processo de contrarreforma do Estado, resultando em inflexões no campo das políticas sociais, impactando a saúde pública e o conjunto da Seguridade Social. Essas mudanças estão em consonância com as orientações de transformações no mundo do trabalho, por meio da reestruturação produtiva (Harvey, 1993) e de redefinição das funções e responsabilidades do Estado com vistas à inserção do Brasil na economia mundializada (Chesnais, 1996).

Ao analisar o contexto atual de crise estrutural do capital, pode-se afirmar que a saúde tem sido um espaço de grande interesse de grupos econômicos em sua busca por lucros e em seu movimento para impor a lógica privada nos espaços públicos. O seu caráter público e universal, tão defendido pelo Movimento de Reforma Sanitária brasileiro dos anos 1980 e pelos lutadores da saúde, vem sendo ameaçado.

No item a seguir, iremos enfatizar alguns aspectos da conjuntura de saúde do governo Bolsonaro, bem como alguns aspectos iniciais do terceiro mandato do governo Lula.

DESENVOLVIMENTO

A política de saúde no governo Bolsonaro e a pandemia da COVID-19: 2019 a 2022

O governo Bolsonaro, eleito em 2018, representou a radicalização e a ofensiva da política ultraneoliberal, com fortes ataques aos direitos sociais e às liberdades democráticas.

A partir de 2019, tem-se o aprofundamento das contrarreformas iniciadas no governo anterior, verificando-se a aceleração e a intensificação das políticas que contribuem com o desmonte do Estado brasileiro.

O peso da crise de acumulação é transferido para os trabalhadores. Dessa forma, tem-se a retirada dos direitos conquistados pela classe trabalhadora através de lutas históricas, como as contrarreformas (Trabalhista, da Previdência Social, Terceirização Irrestrita, Novo Regime Fiscal - que congela por vinte anos os gastos públicos, entre outras) bem como ameaças às liberdades democráticas.

Podem-se considerar algumas características básicas do governo Bolsonaro: extremo liberalismo econômico; temor das mobilizações e desprezo pela participação da maioria, ou seja, pela democracia com ataques às instâncias de participação e controle social; conservadorismo, ou seja, um moralismo exacerbado e o neofascismo. Alguns analistas consideram que o governo tem três núcleos que se articulam: o núcleo econômico liderado por Paulo Guedes, o núcleo militar e o núcleo moralista ou ideológico articulado por Bolsonaro e sua família.

Na saúde o governo teve quatro ministros. No início do mandato, assumiu o Ministério da Saúde Luiz Henrique Mandetta que ficou como ministro de janeiro de 2019 a 16 de abril de 2020. Posteriormente, assumiram a pasta Nelson Luiz Sperle Teich (16/04/2020 a 15/05/2020); Eduardo Pazuello (16/05/2020 a 15/09/2020 como ministro interino e 16/09/2020 a 23/03/2021 como ministro nomeado); e Marcelo Queiroga (23/03/2021 a 31/12/2022).

Importante destacar que ocorreram diversos tensionamentos que levaram a sucessivas trocas de ministros da saúde durante a Pandemia de Covid-19.

Durante o período em que Mandetta esteve à frente do ministério da saúde foram apresentadas e executadas diversas propostas no ano de 2019 e início dos anos 2020, que serão apresentadas a seguir:

A revisão da política de saúde para a população indígena, que foi alvo de críticas por parte de representações indígenas. A carreira de Estado para médicos e não para os demais trabalhadores da saúde; o fortalecimento das Santas Casas e a proposta de “choque de gestão” nos seis hospitais federais e nos três Institutos vinculados ao Ministério da Saúde, localizados no Rio de Janeiro.

Com relação à Política de Saúde Mental e a Política de Álcool e Drogas, em abril de 2019, Bolsonaro anunciou o Decreto nº 9761/2019, que estabeleceu uma “nova” Política Nacional de Drogas, que tem como objetivo a construção de uma sociedade protegida do uso de drogas lícitas e ilícitas a ser alcançada por meio da promoção da abstinência e do fortalecimento de Comunidades Terapêuticas como lócus de cuidado, tratamento e promoção da saúde, entre outros aspectos¹.

A preocupação com a chamada eficiência dos hospitais está presente na proposta de Reforma do SUS explicitada no documento do Banco Mundial denominado “Propostas de Reformas do Sistema Único de Saúde Brasileiro”, apresentado na Câmara dos Deputados no dia 04 de abril de 2019, em audiência pública requerida pelo ex-ministro da saúde de Temer, Ricardo Barros².

¹ A citada política desconsidera a Política de Redução de Danos propondo a abstinência. Na política de saúde mental ao priorizar as comunidades terapêuticas- que nada tem de comunitária e terapêutica - não se prioriza o modelo de atenção em saúde mental, ou seja, os serviços substitutivos como os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), previstos pela reforma psiquiátrica brasileira.

² Uma das premissas do Banco Mundial é de que *há espaço para o SUS obter melhores resultados com o nível atual de gasto público*, como se não houvesse necessidade de maior financiamento ou de revogação da EC 95, que reduz os gastos em saúde e demais políticas sociais por vinte anos, aprovada no governo Temer. O documento defende a *cobertura universal de saúde*, em substituição ao termo universalidade como princípio do SUS, e deixa nítida, a cada recomendação, a concepção de cobertura universal como um pacote básico de serviços e estratégia de focalização, afastando a perspectiva da atenção básica ampla de acesso universal.

Merece destaque a proposta apresentada pelo presidente Jair Bolsonaro na solenidade comemorativa dos 100 dias de governo, ocorrida em 11 de abril de 2019. O Decreto nº 9.759/2019 que extinguiu diversos conselhos e colegiados da administração pública federal, estabelecendo novas diretrizes para estes. O que podemos ressaltar é que o governo não valoriza a existência de conselhos e outros colegiados de participação social e exercício do poder popular que objetiva aproximar a população do poder decisório sobre políticas sociais e públicas, de modo que as decisões não sejam delegadas exclusivamente a técnicos e gestores.

Outra medida que ocorreu foi a reformulação do Programa Mais Médicos com o discurso de torná-lo “mais técnico e menos político”. O que de fato aconteceu foi o desmonte do mesmo com a saída dos médicos cubanos deixando amplas regiões do país descobertas de assistência médica.

No que se refere à participação social, em que pesem as medidas regressivas ocorridas no governo, teve-se a convocação e organização da 16ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida de 4 a 7 de agosto de 2019, espaço democrático de avaliação sobre a situação de saúde e de proposição de diretrizes para a política nacional de saúde. Nesta Conferência, também denominada de 8ª + 8, o tema *Democracia e Saúde* retomou a perspectiva histórica e a mobilização popular presente na 8ª Conferência Nacional de Saúde, ocorrida em 1986. Esta conferência decorreu da articulação do Conselho Nacional de Saúde com diversos movimentos sociais e de sua autonomia frente ao governo. Importante destacar que houve pouca participação do governo no financiamento da mesma.

Em março de 2020, a Organização Mundial de Saúde (OMS) declara que a disseminação do novo Coronavírus em todos os continentes se caracteriza como uma pandemia. Em 31 de março de 2023, o mundo chega a 761.402.282 de casos confirmados e a doença já havia causado 6.887.000 mortes. O Brasil, até esta data, registrou 699.917 mortes por Covid-19 e 37.204.677 casos, sendo o terceiro país mais afetado no mundo em número de casos perdendo para a Índia e os Estados Unidos e o segundo em número de mortes³.

Luiz Henrique Mandetta, médico, com vínculo com a Unimed e com as Instituições Filantrópicas, foi demitido em 16 de abril de 2020. A troca do primeiro ministro pelo segundo se deu devido a divergências no enfrentamento da pandemia. O segundo ministro Nelson Teich teve uma passagem relâmpago no ministério (de 17 de abril a 15 de maio de 2020), se afastando da pasta também por discordar do presidente acerca do uso da cloroquina (não comprovada

³ Tais informações estão disponíveis em: <https://covid19.who.int> , acesso em 31/03/2023.

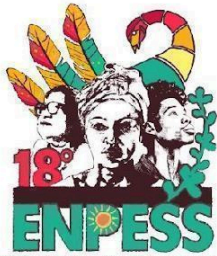
cientificamente) para o tratamento da COVID-19. Após a saída de Nelson Teich, Eduardo Pazuello assume, interinamente, o Ministério da Saúde, se tornando ministro efetivo da pasta apenas em 16 de setembro de 2020.

A subnotificação, a ocultação dos dados da pandemia e a militarização do Ministério da Saúde são algumas características desta terceira gestão do ministério e que provocou o total descontrole da Covid-19 no país. O General do exército, que ficou como ministro interino por quase quatro meses à frente da pasta, avançou em uma política que promoveu o negacionismo, a censura e o obscurantismo. Não existiu um comando nacional para o combate a pandemia no país, nem mesmo um Plano com diretrizes orientadoras. (Frente Nacional Contra a Privatização da Saúde, 2020).

Cabe destacar algumas outras medidas do General Eduardo Pazuello no Ministério da Saúde:

- Publicação de portaria permitindo o uso da cloroquina e hidroxicloroquina para pacientes com sintomas leves;
- Divulgação dos boletins com dados de infectados e mortos pela doença com atraso pelo governo federal;
- Substituição de técnicos do Programa de Saúde da Mulher que estavam trabalhando para valorizar o Programa de Saúde Reprodutiva e a questão do aborto legal, bem como a substituição dos técnicos do Programa de Saúde do Trabalhador que estavam defendendo incluir a COVID-19 como acidente de trabalho;
- Suspensão, em julho de 2020, do convênio com a Universidade Federal de Pelotas para o financiamento da Pesquisa EPICOID19-BR uma das mais abrangentes pesquisas em nível nacional sobre a COVID-19;
- Publicação do Decreto presidencial nº 10.530, de 26/10/2020, que permitia a inclusão da Atenção Primária à Saúde no programa de concessões e privatizações, com foco em construção, modernização e operação de Unidades Básicas de Saúde (UBS)⁴;
- Decreto nº 10.531/2020 que institui a Estratégia Federal de Desenvolvimento para o Brasil, no período 2020 a 2031, sob comando do Ministério da Economia. Linha mestra: reforçar a parceria com o setor privado. Menciona o espaço que a saúde deve ter neste projeto. Este decreto salienta a importância do agronegócio como referência na promoção da saúde e qualidade de vida.

⁴ Depois de toda a repercussão negativa da publicação e da pressão de diversos movimentos, o presidente Jair Bolsonaro anunciou a revogação do decreto.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Estes dois últimos decretos foram publicados em articulação com o Ministério da Economia.

A situação da pandemia no país foi agravada devido à ação do Presidente da República que, junto a grupos de empresários, incentivou a população a desobedecer às medidas de distanciamento e isolamento social recomendadas pela OMS. O Governo Federal fez recrudescer a desigualdade social, já tão profunda em nosso país, e empreendeu esforços para estabelecer uma falsa normalidade em nome do lucro, negando a Ciência e banalizando as milhares de mortes que ocorreram no país. Ainda que o vírus tenha atingido diferentes estratos sociais, a pandemia desvelou a desigualdade brasileira, mostrando que a tragédia foi maior para aqueles com menor poder aquisitivo da classe trabalhadora e para os negros. Apenas em 1º de dezembro de 2020 foi apresentado pelo Ministério da Saúde um plano nacional de vacinação contra a COVID-19, o que demonstra a dificuldade e a fragilidade na prioridade que deveria ser a proteção da população brasileira. Os limites no plano nacional de vacinação apresentado decorreram da falta de transparência, da debilidade na proposição de metas e da submissão da pasta à politização do tema das vacinas realizada pelo presidente da república⁵.

Em dezembro de 2020 também o Ministério da Saúde com o apoio da Associação Brasileira de Psiquiatria (ABP) apresentou uma proposta de revisão da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS) e propõe extinguir importantes serviços desta, invertendo a lógica antimanicomial⁶.

Em 15 de março de 2021, o presidente Jair Bolsonaro escolheu o médico Marcelo Queiroga para substituir o General Eduardo Pazuello, sendo o quarto ministro da saúde do

⁵ A ABRASCO (Associação Brasileira de Saúde Coletiva) lança um documento sobre o seu posicionamento com relação a campanha nacional de vacinação contra a Covid-19. Ver a nota na íntegra em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/12/Posicionamento-Abrasco-Minuta-final2.pdf>

⁶ Tal proposta significa um desmonte total da Política de Saúde Mental no SUS com a revogação de cem (100) portarias sobre saúde mental, editadas entre 1991 a 2014, ameaçando diversos programas e serviços do setor, tais como: os Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs); os Centros de Atenção Psicossocial (CAPS), em suas diversas modalidades (CAPS I, II, III, CAPSi, CAPSAD, CAPSAD III); o Programa de Volta pra Casa (PVC); as Unidades de Acolhimento adulto e infanto-juvenil e os Leitos em Hospital Geral; os Consultórios de Rua; as estratégias de Saúde Mental na Atenção Básica junto às Equipes de Saúde da Família (ESFs) e aos Núcleos de Apoio à Saúde da Família (NASFs), entre outros. A Política Nacional de Saúde Mental implementada desde a década de 1990 propiciou a inversão do destino de recursos financeiros públicos de hospitais psiquiátricos para a rede substitutiva de serviços de base comunitária e territorial, garantindo o cuidado em liberdade, com inclusão social. Várias entidades e movimentos sociais vêm repudiando, com manifestos, notas e abaixo assinado, a proposta apresentada pelo Governo Federal de desmonte da RAPS, reforçando a defesa do SUS, da Reforma Psiquiátrica, dos direitos humanos e do cuidado em liberdade.

governo Bolsonaro. A mudança do Ministério da Saúde ocorre no pior momento da pandemia da COVID-19, com recordes sucessivos de mortes e com a doença em expansão em todo o Brasil.

A Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da Pandemia no Senado foi instalada, em 27 de abril de 2021, com o objetivo de identificar os responsáveis por ações e omissões no combate ao Coronavírus “SARS-CoV-2” e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamento, desvios de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal⁷.

O Relatório da CPI da Pandemia encerra propondo a criação de um memorial em homenagem às vítimas da COVID-19 “para que nunca nos esquecêssemos do que aconteceu neste País e dos inocentes que pagaram com sua vida pela conduta irresponsável do governo federal na condução da pandemia” (Senado Federal, 2021, p. 1179).

O ano de 2021 termina e 2022 iniciou com novas ações e omissões do governo federal no enfrentamento da pandemia, com o destaque para: o atraso e a insuficiência na vacinação infantil; os ataques do Presidente da República aos técnicos da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e à vacinação da população adulta e infantil; a insuficiência da política de testagem; e o apagão de dados do Ministério da Saúde com as suas consequências no correto monitoramento da evolução da pandemia. Observou-se também neste período o avanço no mundo e no Brasil da nova variante Ômicron.

Considerações Iniciais do governo Luís Inácio Lula da Silva⁸

O ano de 2022 foi marcado por um processo eleitoral muito disputado e por uma polarização política do país muito intensa. O presidente Lula foi eleito com o apoio de uma frente ampla democrática, derrotando a extrema direita.

A vitória apresenta uma ressurreição política para Lula, que passou 580 dias na prisão após ser condenado por corrupção em 2018. Três anos mais tarde, o Supremo Tribunal Federal anulou as condenações de Lula por erros processuais e por entender que o ex-juiz e hoje senador Sergio Moro, aliado de Bolsonaro, agiu com parcialidade e motivação política.

⁷ A CPI se encerraria em agosto, mas foi prorrogada e seu Relatório Final foi apresentado em outubro de 2021. A Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia, após seis meses de intensos trabalhos, concluiu, a partir da coleta de provas, que o governo federal de Jair Bolsonaro foi omissivo e optou por agir de forma não técnica, negacionista e desidiosa no enfrentamento da pandemia do novo Coronavírus, expondo a população a risco concreto de infecção em massa.

⁸ Esta pequena síntese será realizada até meados de março de 2024.

Com a vitória apertada na disputa eleitoral, desde o seu início, o governo Lula tem sido um governo sob ataque da extrema direita e pressão do centrão para acordos. O novo presidente não tem tido tranquilidade para governar, pois forças bolsonaristas conquistaram um espaço expressivo no Congresso e compõem uma importante oposição, considerando o desafio que o atual governo tem pela frente de resgatar mais de 30 milhões de pessoas ameaçadas pela fome e a miséria, impulsionar o crescimento econômico, fortalecer a defesa do meio ambiente e recuperar o prestígio do país no cenário internacional.

Os primeiros 100 dias para o novo governo foram significativos. O presidente relançou programas, tais como: o novo Bolsa Família; o Minha Casa, Minha Vida; o novo Programa Mais Médicos, entre outros. E tem tido o desafio de conseguir aprovar no Congresso medidas econômicas como o novo arcabouço fiscal, a reforma tributária e a nova política de preços dos combustíveis. Antes mesmo de assumir o governo, Lula teve que negociar com o Congresso a aprovação da PEC da Transição para manter as promessas de campanha, como, por exemplo, o valor do Bolsa Família em 2023. A demora em aprovar a medida mostra que as negociações com os parlamentares não têm sido fáceis, dado que o governo não tem a maioria dos assentos no Congresso.

Várias concessões foram feitas pelo governo, em 2023, como a incorporação na gestão de representantes de partidos do centrão bem como recuar nas propostas defendidas na campanha de valorização das políticas públicas e enfrentamento do setor privado.

Na saúde não se ampliou o financiamento para o setor público e nem se combateu os modelos gerenciais privatizantes, com destaque para a Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH). Outro aspecto significativo foi o não combate às Comunidades Terapêuticas bem como a não realização de concurso público para a área.

Não houve também a ampliação dos salários dos servidores públicos federais, entre eles os da saúde, para 2024.

Outra proposta do governo foi valorizar a participação popular que havia sido descaracterizada totalmente no governo anterior. Nesta direção cabe ressaltar a realização, no final de 2023, das Conferências Nacionais de Saúde e de Saúde Mental. A realização destas conferências, foram resultado de pressão dos movimentos sociais e do Conselho Nacional de Saúde que havia questionado o governo anterior a não valorização dos conselhos e conferências.

Em 2024, estão ocorrendo diversas mobilizações dos servidores públicos federais com a realização de greves dos funcionários das universidades públicas e previsão de greve dos docentes.

As Frente Brasil Popular e Povo sem Medo se reuniram e traçaram um calendário de mobilizações para março e abril de 2024. Esta proposta tem como objetivo a necessidade de ações de rua para impulsionar o governo e não deixá-lo refém da pressão do Congresso. Várias atividades também estão sendo marcadas para 1º de abril - data que completa sessenta anos do golpe civil militar para denunciar as barbáries cometidas pela ditadura.

A Auditoria Cidadã da Dívida e mais de cinquenta entidades também lançaram em março, a Campanha Nacional por Direitos Sociais com debates a serem realizados em Brasília.

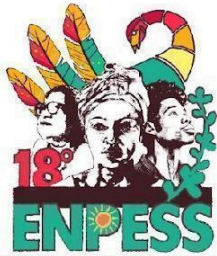
No próximo item serão abordadas as lutas e as ações da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde que procuram enfatizar o SUS público, 100% estatal e contra todas as formas de privatização da saúde fundamental nesta conjuntura de tensão entre as diversas forças conservadoras e progressistas. A situação internacional também tem sido motivo de preocupação face a vitória da extrema direita em vários países, bem como a ameaça da vitória de Donald Trump para a presidência dos Estados Unidos.

As Lutas da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde⁹

A Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS), criada em 2010, retoma como fonte unificadora de lutas a mesma motivação que deu sustentação às lutas travadas pelo Movimento Sanitário nos anos de 1980: o combate à privatização da saúde. Tanto quanto este movimento, a frente também se opõe à tendência da prestação de assistência à saúde como fonte de lucro, e tem como tática a formação de uma frente de esquerda anticapitalista, anti-imperialista, antifascista e suprapartidária. Desde o início, vem se empenhando em um esforço coletivo para articular as diversas lutas em defesa do Sistema Único de Saúde (SUS) de caráter público, gratuito, 100% estatal, de qualidade e que atenda a todas as necessidades dos trabalhadores. Vem se posicionando contra as formas de mercantilização da vida e contra os processos de privatização pelos quais o sistema de saúde brasileiro tem se constituído, principalmente a partir de 1990.

Portanto, compreende-se que a determinação social do processo saúde-doença é o ponto de partida para atuação crítica nessa área. Nesse sentido, é necessário revelar o caráter de

⁹A síntese das ações da Frente será realizada até o final de 2023.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

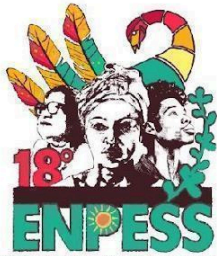
classe do adoecimento da população, contrapondo-se à ideologia dominante de que a saúde é resultante da ausência de doença ou determinada por fatores biopsicossociais que ocultam os processos de exploração aos quais a classe trabalhadora é submetida. A defesa de um sistema de saúde com as características apontadas acima é uma importante mediação para construção do direito à saúde.

A FNCPS tem programado diversas atividades a partir de sua criação: como audiências com os ministros do Supremo Tribunal Federal (STF); atos estaduais em comemoração ao Dia Mundial da Saúde (07 de abril); diversos atos e debates contra a privatização da saúde; elaboração de documentos sobre a situação da saúde nas variadas conjunturas (governos do PT, do ilegítimo governo Temer e do desgoverno Bolsonaro); participação nas conferências de saúde nacionais e temáticas com documentos próprios; articulação com o Fórum dos Trabalhadores da Saúde (Fentas) - constituído por entidades de trabalhadores da saúde que estão no Conselho Nacional de Saúde (CNS), bem como com o próprio Conselho Nacional de Saúde.

Na conjuntura de barbárie social e de retirada de direitos que ocorreu até 01 de janeiro de 2023, é importante e fundamental a defesa da saúde pública e do SUS de caráter público e 100% estatal, por meio da articulação e mobilização de diversos movimentos sociais, sindicais e de partidos políticos em fóruns e/ou frentes estaduais em defesa do SUS e na Frente Nacional contra a Privatização da Saúde¹⁰.

A pandemia da Covid-19, declarada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020, aprofundou a desigualdade estrutural brasileira determinada pela concentração de riqueza e propriedade. Identificou-se o aumento da pobreza e o reaparecimento agudo da fome, que atinge quase 20 milhões de brasileiros. O desemprego no Brasil chegou a 14,4 milhões de pessoas, revelando a desigualdade de gênero, classe e raça, sendo as mulheres negras residentes das periferias as mais atingidas. O país se sustenta sob uma força de trabalho superexplorada e precarizada que ultrapassa 100 milhões de pessoas e, por outro lado, em 2020, onze (11) novos brasileiros se tornaram bilionários (Boschetti, 2021).

¹⁰¹⁰ Esta frente é um importante mecanismo de articulação dos movimentos contra hegemônicos na saúde e se articula a 23 fóruns ou frentes de saúde estaduais, além de entidades, movimentos sociais e estudantis, centrais sindicais, sindicatos, partidos políticos e projetos universitários, que objetivam defender o SUS público, estatal, gratuito e para todos, lutando também contra a privatização da saúde e pelos princípios da Reforma Sanitária dos anos 1980. Durante a pandemia, a partir de 2020, a frente realizou reuniões on-line do colegiado, e aprimorou sua política de comunicação com a elaboração de diversos cards e vídeos denunciando a política de saúde do desgoverno Bolsonaro e o não enfrentamento à pandemia, bem como cobrando aprovação de projetos de lei que protejam as diversas frações da classe trabalhadora.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Apesar do contexto de dificuldades e de complexidade vividos até o final de 2022, lutas, resistências e mobilizações ocorreram. Atos nos diversos estados e municípios contrários à política do governo federal aconteceram a partir de maio de 2021, bem como os painéis, que expressaram o descontentamento com o mesmo. Movimentos de esquerda, em várias *lives*, denunciaram o governo, e textos foram veiculados nas mídias sociais. Na saúde, antes mesmo da pandemia, a Frente Nacional contra a Privatização da Saúde e seus diversos fóruns estaduais procuraram cumprir um importante papel crítico¹¹.

Em função do contexto de pandemia da Covid-19, o Seminário Nacional da Frente, que ocorre anualmente, não aconteceu em 2020, mas em março de 2021, e o 10º seminário se deu de forma remota¹².

Em 2021 e 2022, representantes da frente e dos diversos fóruns de saúde estaduais participaram dos atos nacionais e de manifestações de rua contra o governo Bolsonaro. Estiveram presentes também nos atos contra a PEC 32 da Reforma Administrativa¹³.

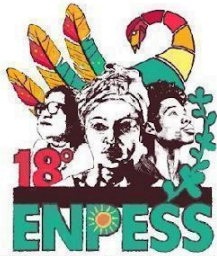
No segundo semestre de 2022 foi programado um ciclo de debates, iniciado em julho e finalizado em novembro, constando de oito encontros sobre temas fundamentais da conjuntura, com o título: “*Saúde, lutas sociais e projetos societários*” promovido pela FNCPS e participação especial do Projeto Políticas públicas da UERJ. A FNCPS esteve presente também na Conferência Livre, Democrática e Popular de Saúde realizada nos Estados e nacionalmente em 05 de Agosto de 2022, em São Paulo, coordenada pela Frente pela Vida. Na conferência nacional foi distribuído um documento com as propostas centrais da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde para o próximo governo¹⁴.

¹¹ Como outras atividades programadas, destaca-se a mobilização e comemoração dos 10 anos da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde, completos nos dias 22 e 23 de novembro de 2020. Foram elaborados três *cards* e dois selos de comemoração, um pequeno vídeo histórico da FNCPS, além da realização de uma *live* comemorativa ocorrida no dia 11 de dezembro com diversas atividades artísticas.

¹² A frente elaborou, em 2020, quatro notas divulgadas no *Facebook* e em outros mecanismos de socialização enfocando temas em defesa dos direitos sociais e do direito à saúde, a saber: contra as atitudes do governo ultraliberal e conservador de Bolsonaro, em março de 2020; manifesto em defesa da vida, contra a política de morte, em maio; vida acima dos lucros assinado por 100 entidades, em julho; contra a privatização da atenção primária do SUS, em outubro de 2020.

¹³ Em 2021 a discussão da Empresa Brasileira de Serviços Hospitalares (EBSERH) retornou na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), e a frente e posicionou contra esta proposta, participando de debates e das reuniões do Movimento Barrar a EBSERH na UFRJ.

¹⁴ Outros eventos em que a Frente esteve presente, no segundo semestre de 2022, foram: 13º Congresso Brasileiro de Saúde Coletiva, promovido pela ABRASCO e realizado em Salvador /Bahia, de 19 a 24 de novembro; XXIII Seminário da Associação Latino-Americana de Trabalho Social ocorrido de 21 a 23 de novembro, em Montevidéu/Uruguai; XVII Encontro de Pesquisadores em Serviço Social, promovido pela Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa de Serviço Social (ABEPSS), realizado no Rio de Janeiro de 14 a 17 de dezembro, além de Reuniões promovidas pelo ANDES/Sindicato Nacional e FASUBRA. Em todos os eventos tem sido distribuída notas com as propostas centrais da FNCPS e adesivos com a finalidade de mobilizar novos participantes para a frente.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Outra atividade realizada pelos fóruns e frentes estaduais e pela Frente Nacional, no ano de 2023, foi a participação em conferências municipais e estaduais de saúde, etapas importantes para a 17ª Conferência Nacional de Saúde, realizada nos dias 02 a 05 de julho de 2023, e a Conferência Nacional de Saúde Mental, realizada em dezembro de 2023, eventos em que representantes da FNCPS participaram e realizaram conferências populares para mobilizar e divulgar as propostas a serem defendidas.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

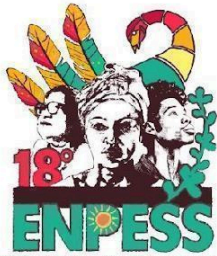
Algumas reflexões com relação à assessoria realizada pelo profissional de Serviço Social aos movimentos sociais

Os países capitalistas enfrentam desde 2008 uma crise estrutural de proporções relativas à crise de 1929 e cujas consequências não são totalmente conhecidas. Segundo Boschetti (2010), com base na perspectiva marxista, trata-se de uma crise estrutural do capitalismo na sua permanente busca por superlucros e superacumulação. Para a autora, a crise não é conjuntural e não será superada em curto prazo com algumas medidas de regulação econômica e social. Os efeitos da mundialização do capital, nos termos salientados por Chesnais (1996), apontam para consequências destrutivas no emprego, nos salários, nos sistemas de proteção social, na concentração de riqueza e na socialização da política.

Na atualidade, Boschetti (2010) sinaliza como tendências no âmbito das políticas sociais programas focalizados de combate à pobreza absoluta e a mercantilização de serviços públicos, como educação, saúde e previdência, de modo a criar novos nichos de mercado. Dessa forma, cria-se espaço para a mercantilização de todas as esferas da vida social, que passam a ser novos espaços de valorização para o capital.

Ao analisar o contexto atual de crise estrutural do capital, pode-se afirmar que a saúde tem sido um espaço de grande interesse de grupos econômicos em sua busca por lucros e em seu movimento para impor a lógica privada nos espaços públicos. O seu caráter público e universal, tão defendido pelo Movimento de Reforma Sanitária brasileiro dos anos 1980 e pelos lutadores da saúde, vem sendo muito ameaçado.

Este contexto reforçou a necessidade e a importância de fortalecer o Sistema Único de Saúde (SUS) em todas as suas áreas: de vigilância em saúde, de cuidado em todos os níveis, promoção, prevenção e pesquisa. Um SUS público, com acesso universal, 100% estatal, de qualidade, com financiamento efetivo, de forma a produzir as melhores respostas possíveis no



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

enfrentamento da atual crise sanitária tem sido a luta dos Fóruns/Frentes estaduais e Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. As experiências desses fóruns são importantes na luta por direitos sociais e se colocam como desafio na atualidade, na construção de uma frente anticapitalista.

Ressalta-se que, na atual conjuntura de crise do capitalismo, de barbarização da vida social, com mudanças regressivas em todas as dimensões da vida social e com um horizonte ainda mais desfavorável à classe trabalhadora, o desafio que está colocado é o de ampliar a luta coletiva, fortalecendo as lutas sociais e a organização das classes subalternas, na defesa da emancipação política, tendo como horizonte a emancipação humana e um novo projeto societário anticapitalista.

Diversos desafios estão postos para efetivar a participação social nas políticas públicas na atual conjuntura. A retomada dos pressupostos que marcaram as lutas sociais e que foram incorporados por diversas profissões, entre elas, a de Serviço Social é de fundamental importância na atualidade para combater as tendências de reforço do terceiro setor, de desresponsabilização do Estado e da participação cidadã¹⁵.

O Serviço Social brasileiro nos seus diversos documentos legais que fundamentam o seu projeto ético-político ressalta a construção de uma nova ordem social, com igualdade, justiça social, universalização do acesso às políticas sociais, bem como a garantia dos direitos civis, políticos e sociais para todos. Os projetos profissionais, segundo Netto (1999), são indissociáveis dos projetos societários que lhes oferecem matrizes e valores e expressam um processo de luta pela hegemonia entre as forças sociais presentes na sociedade e na profissão.

Os assistentes sociais no Brasil, desde os anos 1980 – período marcante de releitura da profissão – incorporaram a temática dos movimentos sociais na formação profissional, nas pesquisas e na produção acadêmica. Entretanto, a articulação do debate com análises empíricas e sua relação com o trabalho do Serviço Social foi pequena, como identifica Duriguetto (1996) em pesquisa realizada. A autora afirma que os profissionais de Serviço Social têm dificuldade de tomar sua inserção frente aos movimentos sociais como trabalho profissional. Essa questão também se expressa pela falta de reflexões sobre a influência das instituições assessoras na organização dos movimentos sociais (Duriguetto, 1996, p. 145).

Na década de 1990, o debate do Serviço Social se desloca para os espaços de controle democrático face ao esvaziamento dos movimentos sociais e a implementação dos conselhos de

¹⁵ Há uma grande diferença entre a concepção de participação social na perspectiva marxista e a proposta de participação cidadã que tem sido estimulada na valorização da participação colaboracionista, como já foi ressaltado.

políticas sociais e de direitos. Considera-se, entretanto, que os estudos e intervenções com relação aos movimentos sociais tornam-se fundamental na atualidade.

Nesta direção, os profissionais adeptos do projeto ético-político da profissão precisam qualificar suas ações a fim de contribuir para a ampliação de uma cultura política crítica e democrática e defender a garantia dos direitos humanos e sociais.

Diversos autores têm ressaltado a ação socioeducativa do Serviço Social como fundamental para o trabalho com movimentos sociais e assessoria.

Iamamoto (2002) considera que é importante a ação dos assistentes sociais nos movimentos sociais. Trata-se de reassumir o trabalho de base, de educação, de mobilização e organização popular que parece ter sido submerso do debate teórico-profissional frente ao refluxo dos movimentos sociais. É necessária uma releitura crítica da tradição profissional do Serviço Social, reapropriando-se das conquistas e habilitações perdidas historicamente e, ao mesmo tempo, superando-as de modo a adequar a condução do trabalho profissional aos novos desafios do presente.

Abreu (2002) faz um retrospecto da função educativa no processo histórico brasileiro relacionando com as influências internacionais. Destaca três perfis pedagógicos do trabalho dos assistentes sociais: da ajuda, da participação e da emancipação. As duas primeiras têm como finalidade a adesão dos sujeitos sociais e vêm atualizando a perspectiva de subalternização e controle dos trabalhadores. A emancipatória tem como objetivo a dimensão da libertação na construção de uma nova cultura. Esta perspectiva, entretanto, é um desafio para os profissionais, pois vai depender de outras ações articuladas para que se consiga a mobilização dos sujeitos sociais visando o fortalecimento e avanço da organização da classe trabalhadora (Bravo & Matos, 2006).

Dessa forma, considera-se que a participação dos sujeitos só poderá ser exercida mediante amplo trabalho de mobilização para que ocorra uma intervenção qualificada e propositiva no sentido de exigir direitos e exercer formas de pressão sobre o poder público. Nas frações de classe com baixo poder de organização, as dificuldades são ainda mais complexas. Para que a participação social se efetive é necessário que os representantes da sociedade civil possam organizar-se nas suas bases e que tenham consciência dos seus direitos e a quem reclamá-los. Reconhece-se a necessidade e a importância da organização para a participação efetiva nas decisões públicas. O Estado aposta em manter o populismo regressivo, ou seja, a simpatia política difusa desse setor popular pauperizado e desorganizado (Simionatto, 2006).

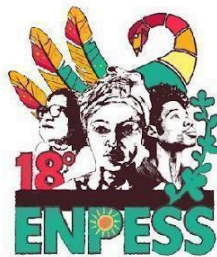
É nesta tensão que os profissionais de Serviço Social podem atuar. É necessário ter a clareza que a qualidade da participação não está definida a priori.

Os projetos de extensão universitária inseridos nos Fóruns e/ou Frentes estaduais e na Frente Nacional contra a Privatização da Saúde (FNCPS) desenvolvem nesses espaços uma assessoria direta, que exige atividades de formação técnica e política; socialização de informações através da produção de textos; realização de debates, seminários e pesquisas. Por meio da assessoria, busca-se contribuir para o fortalecimento dos movimentos sociais na construção de uma esfera pública democrática, através da democratização das informações oriundas das investigações, relacionadas às temáticas de interesse dos sujeitos coletivos. O assistente social deve ser um socializador de informações, desvelando com competência técnico-política as questões, propostas e armadilhas que aparecem no cotidiano.

A partir das indicações pontuadas, considera-se que a assessoria às instâncias públicas de controle democrático articulada aos movimentos sociais é um espaço de trabalho que os assistentes sociais podem contribuir para o fortalecimento dos sujeitos políticos na perspectiva da garantia e/ou ampliação dos direitos sociais, ou seja, a emancipação política, tendo no horizonte a emancipação humana.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Marina Maciel. **Serviço Social e organização da cultura: perfis pedagógicos da prática profissional**. São Paulo: Cortez, 2002.
- ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE SAÚDE COLETIVA (ABRASCO) – Disponível em: <https://www.abrasco.org.br/site/wp-content/uploads/2020/12/Posicionamento-Abrasco-Minuta-final2.pdf>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.
- BEHRING, Elaine Rosseti. **Brasil em Contra-Reforma: desestruturação do Estado e perda de direitos**. São Paulo: Cortez, 2003.
- BOSCHETTI, Ivanete. O Vírus da Pandemia e a Nocividade do Governo Bolsonaro para as Políticas Sociais. **Politizando. Boletim do Núcleo de Estudos e Pesquisas em Política Social (NEPPOS/CEAM/UnB)**. Ano 13. Nº 36. Jun. de 2021. Disponível em: https://a8635449-bd1f-4059-9e57-fb1f0ab683f9.filesusr.com/ugd/db28ff_d5537b7ab5f64fe08e715a022791c880.pdf. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.
- BRAVO, Maria Inês Souza e MATOS, Maurílio Castro. O Potencial de Contribuição do Serviço Social na Assessoria aos Movimentos Sociais. In: BRAVO, Maria Inês Souza & MATOS,



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Maurílio Castro (orgs.) **Assessoria, Consultoria & Serviço Social**. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2006.

BRAVO, Maria Inês Souza e MENEZES, Juliana Souza Bravo. Lutas pela Saúde: desafios à assessoria realizada pelos assistentes sociais. In: DUARTE, Marco José de Oliveira (et. al.) (org.). **Política de saúde hoje: interfaces & desafios no trabalho de assistentes sociais**. Campinas, SP: Papel Social, 2014.

BRAVO, Maria Inês Souza; MENEZES, J. S. B. Saúde em Tempos de Pandemia da COVID-19 e as Lutas da Frente Nacional contra a Privatização da Saúde. In: CABRAL, M. S. R.; ASSIS, I. M.; SOUZA, G. A. C. (Orgs.) **Crise Capitalista, Pandemia e Movimentos Sociais**. São Paulo: PUC-SP. Novembro, 2021.

CHESNAIS, François. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

DURIGUETTO, Maria Lúcia. A Temática dos Movimentos Sociais e sua Incorporação no Serviço Social. *Dissertação de Mestrado*. Rio de Janeiro: UFRJ, 1996 (mimeo).

FRENTE NACIONAL CONTRA A PRIVATIZAÇÃO DA SAÚDE - Disponível em: <https://www.contraprivatizacao.com.br/>. Acesso em: 17 de janeiro de 2022.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural**. São Paulo: Loyola, 1993.

IAMAMOTO, M. V. **Projeto Profissional, Espaços Ocupacionais e Trabalho do Assistente Social na Atualidade. Atribuições Privativas do (a) Assistente Social Em questão**. Brasília: CFESS, 2002.

NETTO, J. P. A construção do projeto ético- político do Serviço Social e a crise contemporânea. **Capacitação em Serviço Social e Política Social**; Mod 01. Brasília, CEAD, 1999.

SENADO FEDERAL. **Relatório Final da Comissão Parlamentar de Inquérito da Pandemia (Instituída pelos Requerimentos nº 1.371 e 1.372, de 2021)**. Outubro de 2021.

SIMIONATTO, I. Estado, sociedade civil e espaços públicos: uma análise do “Plano Plurianual” – 2004/2007. In: **Serviço Social & Sociedade**. São Paulo: Cortez, n.88, 2006.

WORLD HEALTH ORGANIZATION (WHO) - Disponível em: <https://covid19.who.int> . Acesso em: 31 de março de 2023.